

# **TEM JORNALISTA NEGRA NO RÁDIO ESPORTIVO MINEIRO?: a tripla opressão em ambiente branco e machista<sup>1</sup>**

## **ARE THERE BLACK WOMEN JOURNALISTS IN MINAS GERAIS SPORTS RADIO?: a triple oppression in a white and male-dominated environment**

Karina Santos<sup>2</sup>  
Nair Prata<sup>3</sup>

**Resumo:** O jornalismo esportivo no Brasil teve início em 1910, mas a participação de uma mulher nesta editoria só se dá em 1947; já a primeira mulher negra a atuar na área foi registrada quase duas décadas depois, em 1978. Em Minas Gerais, o rádio esportivo abre espaço para a primeira mulher no início da década de 1980 mas, especificamente sobre a participação da mulher negra, não há qualquer registro. Este trabalho busca compreender as possíveis causas desse atraso e a configuração da inserção da mulher negra no rádio esportivo mineiro hoje. Tendo como opção metodológica a entrevista em profundidade com roteiro semiestruturado, identificamos e entrevistamos, por meio do método snowball sampling, oito mulheres negras que atuam ou já atuaram na editoria de esportes do estado. Os relatos, que configuram não apenas o rádio, mas também a mídia mineira, comprovam a existência de um padrão estético e uma seleção racial na área, apontam que o meio esportivo é dominado por homens brancos, sendo um ambiente machista, onde as jornalistas negras sofrem com o assédio e lidam corriqueiramente com a intersecção das opressões de raça, classe e gênero.

**Palavras-Chave:** Radiojornalismo esportivo. Mulher Negra. Raça. Classe. Gênero.

**Abstract:** Sports journalism in Brazil began in 1910, but the first recorded participation of a woman in this field only occurred in 1947. The first Black woman to work in the area was registered nearly two decades later, in 1978. In Minas Gerais, sports radio opened space for the first woman in the early 1980s, but there is no record of Black women's participation in the field. This study seeks to understand the probable causes of this delay and the current configuration of Black women's inclusion in sports radio in Minas Gerais. Using in-depth interviews with a semi-structured script as a methodological approach, we identified and interviewed, by the snowball sampling method, eight Black women who currently work or have worked in the state's sports journalism sector. Their accounts, which reflect not only the radio industry but also the broader media landscape in Minas Gerais, reveal the existence of aesthetic standards and racial selection in the field. They also highlight that the sports media is dominated by white men and characterized by a sexist environment, where Black female journalists face harassment and regularly contend with the intersection of race, class, and gender oppression.

**Keywords:** Sports radio journalism. Black Woman. Race. Class. Gender.

<sup>1</sup> Trabalho apresentado ao Grupo de Trabalho Estudos Radiofônicos. 34º Encontro Anual da Compós, Universidade Federal do Paraná (UFPR). Curitiba - PR. 10 a 13 de junho de 2024.

<sup>2</sup> Mestre em Comunicação (UFOP). [karina.peres@aluno.ufop.edu.br](mailto:karina.peres@aluno.ufop.edu.br)

<sup>3</sup> Professora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UFOP e do Programa de Pós-Graduação em Tecnologia da Informação e Comunicação e Gestão da Informação da Universidade FUMEC. Doutora em Linguística Aplicada (UFMG). [nairprata@uol.com.br](mailto:nairprata@uol.com.br)

## 1. Introdução

Historicamente, o jornalismo esportivo é um meio dominado por homens. A editoria surgiu no Brasil em 1910, com o jornal *Fanfulla*, publicação de origem italiana editada em São Paulo. Somente 37 anos depois, em 1947, uma mulher conseguiu atuar na área. Era Maria Helena Rangel, contratada para cobrir esportes pelo jornal paulista *Gazeta Esportiva*. O registro de outras mulheres no meio aconteceu novamente nos anos 60 e 70, um lapso temporal que mostra como foi difícil a inserção feminina no jornalismo esportivo. Atualmente, a área apresenta avanços relacionados à igualdade de gênero, como na função de narradora, atividade tradicionalmente masculina. Renata Silveira é um exemplo disso: em 22 de novembro de 2022 ela se tornou a primeira mulher a narrar um jogo de Copa do Mundo na TV aberta, na partida entre Dinamarca e Tunísia, transmitida pela TV Globo. Porém, esse avanço ainda se mostra irrisório quando olhamos para o lugar da mulher negra nesta área, notadamente no rádio.

Enquanto a presença feminina foi registrada no jornalismo esportivo quase quatro décadas depois do surgimento da editoria no país, a de uma mulher preta veio ainda mais tarde. Santos (2021) aponta Vera Daisy Barcellos como a primeira mulher negra a atuar na área, em 1978, no jornal impresso *Zero Hora*. No jornalismo esportivo televisivo a ausência de mulheres negras também é notória e, ainda hoje, o cenário não é muito diferente: Karine Alves é a única mulher negra a apresentar um programa esportivo na televisão aberta brasileira, ao comandar o *Esporte Espetacular* e algumas edições do *Globo Esporte*, ambos para São Paulo. No sinal regional de Minas Gerais não é possível ver entre as apresentadoras e repórteres um rosto negro à frente dessas funções.

E no rádio mineiro, qual é o cenário? Este trabalho tem como objetivo investigar e traçar uma configuração da presença da mulher negra no jornalismo esportivo mineiro, com foco nas transmissões radiofônicas. Nos interessa desvelar as dificuldades das mulheres negras nestes espaços, além de compreender as formas que elas encontram/encontraram de resistir e existir como profissionais de rádio. Buscamos identificar quem são essas mulheres, em quais áreas atuam e quais desafios enfrentam.

Como método de pesquisa, optamos pela entrevista em profundidade com jornalistas negras, a partir de Jaccoud e Mayer (2008). Por meio do método *snowball sampling* (Bockorni & Gomes, 2021), identificamos e entrevistamos oito mulheres negras que atuam ou já atuaram na editoria de esportes da mídia mineira. Os relatos comprovaram a existência de um padrão estético e uma seleção racial na área, além de ressaltar que o meio esportivo é dominado por

homens brancos, sendo um ambiente machista, onde elas sofrem diariamente com o assédio. A pesquisa também identificou que essas mulheres lidam corriqueiramente com a intersecção das opressões de raça, classe e gênero.

## 2. Pessoas negras e mercado de trabalho

Para compreender a inserção da jornalista negra na mídia de Minas Gerais, buscamos entender, a princípio, a situação das pessoas negras no mercado de trabalho em geral. Avaliamos que o cenário atual pode ser um reflexo da desigualdade na educação, já que “a posição inicial de ingresso no mercado de trabalho é influenciada pelas características educacionais e gera um forte efeito sobre a trajetória subsequente dos indivíduos” (Lima *et al.*, 2013, p.55). Essa disparidade em relação ao acesso à educação é observada desde a Constituição de 1824, ao declarar que todos os cidadãos teriam acesso à instrução primária gratuita. Entretanto, a titularidade de cidadania era restrita aos livres e libertos e valia tanto para a educação das crianças quanto para jovens e adultos. “Para escravos e indígenas, além do trabalho pesado, bastava a doutrina aprendida na oralidade e a obediência pela violência física ou simbólica. Desse modo, o acesso à cultura da leitura e da escrita era considerado inútil para esses segmentos” (Brasil, 2000 *apud* Passos, 2012, p. 139).

Proibir essa parcela da população de ter acesso à educação estava diretamente ligado à dominação dessas pessoas. Os brancos, que tinham condições financeiras, preferiam que seus filhos fossem instruídos em casa, de modo que, por atender pessoas negras, mestiças e pobres, “a instrução pública foi sendo organizada com precariedade em sua estrutura pedagógica e material” (Veiga, 2008 *apud* Passos, 2012, p. 140). A exclusão do negro vem sendo construída desde o início da história da educação no Brasil e reverbera até os dias atuais.

Abdala (2024) ressalta que em 2023 apenas 48,3% dos negros com mais de 25 anos haviam concluído o ensino médio; para os brancos, o percentual era de 61,8%. E a média de anos de estudo entre pretos e pardos é de 8,6; entre os brancos é de 10,4.

A trajetória sinuosa da população negra nos ensinos básico, fundamental e médio se reflete diretamente no acesso ao ensino superior, que por sua vez, afeta a entrada no mercado de trabalho. No Brasil, a presença de pessoas negras e pardas no ensino superior é uma realidade recente. A partir de dados do IBGE, Brito (2018) aponta que, nos anos 2000, o número de pretos e pardos que concluíram a graduação era de 9,3%, sendo que, em 2017, era 2,2 %. A partir de dados do Censo do Ensino Superior, a autora evidencia um aumento de matrículas de

estudantes negros em cursos de graduação. Em 2011, de 8 milhões de matrículas, 11% foram feitas por alunos pretos ou pardos e, em 2016, o percentual de negros matriculados subiu para 30%. Uma explicação possível para o aumento desse grupo nas universidades é a Lei de Cotas, sancionada em 2012, que prevê a reserva de pelo menos 50% das vagas de instituições de ensino superior para estudantes que se formaram no ensino público e cujas famílias tenham renda mensal de até 1,5 salário mínimo.

Mas concluir uma graduação não garante o acesso da população negra ao mercado de trabalho, já que o racismo continua operando no cotidiano dessas pessoas. O estudo *Jovens Negros e o Mercado de Trabalho* (2022) reforçou que a contratação e os salários variam de acordo com a raça, o gênero e se se trata, ou não, de uma pessoa com deficiência. Os dados, coletados por meio do IBGE e de entrevistas com jovens negros de Belo Horizonte, Belém, Recife, Brasília e Porto Alegre revelam que, em 2022, quase metade dos empregadores eram homens brancos, totalizando 45% e mais da metade das mulheres brancas têm vínculo empregatício formal, enquanto 60% dos trabalhadores informais são negros. Para entender como esse cenário se desenhou para as pessoas negras, e principalmente para a mulher negra, é necessária uma reflexão, mesmo que breve, sobre um dos acontecimentos históricos que edificaram a sociedade brasileira como ela é hoje: a escravidão.

Em 1500, os portugueses desembarcavam no Brasil, dando início à falsa narrativa da descoberta e a um processo de colonização que, além de outras consequências, implementou o regime escravista no país. Para Maldonado-Torres (2019), a "descoberta" das Américas teve implicações diversas e profundas e uma delas foi o impacto sobre a noção de civilização. Os povos originários eram vistos como bárbaros que precisavam ser salvos por aqueles que eram superiores.

Após “descobrirem” o Brasil, os portugueses começaram a exploração dos recursos naturais do país, utilizando mão de obra escrava dos indígenas e, posteriormente, em meados do século XVI, dos negros vindos de diversas regiões da África. A violência começava com o sequestro dessas pessoas nos seus países de origem e continuava nas embarcações que as traziam para o Brasil. Ao desembarcarem, a rotina de humilhações e violência tinha segmento com os leilões e o trabalho forçado.

Nos engenhos de açúcar, nas minas de ouro e nas outras atividades econômicas e domésticas realizadas pelos povos escravizados, a violência perdurava: açoites em praças públicas, correntes de ferro nos punhos e pés, máscaras de ferro, estupro, mutilação e fome,

são alguns exemplos. Essa violência extrema perdurou por quase 400 anos, direcionada para cerca de quatro milhões de homens, mulheres e crianças que foram trazidos à força para o Brasil durante esse período. Enquanto os negros brasileiros buscavam formas de sobreviver no país, o governo incentivava a imigração europeia, subsidiando a chegada deles. A ideia era ter mão de obra barata, além de incentivar a miscigenação, que tinha o objetivo de embranquecer a população brasileira, pois “acreditava-se que aumentando o número de brancos no Brasil, o país se desenvolveria como os países do velho continente. Acreditava-se que a miscigenação era o caminho para a obliteração dos negros e construção do ‘verdadeiro’ povo brasileiro” (Santos, 2021, p.7).

A assistência direcionada aos europeus e o esquecimento proposital da população negra acirrou as desigualdades sociais em vários âmbitos, como no acesso à educação, à moradia, à saúde e ao mercado de trabalho. Esse processo aplicou desvantagens sociais nos descendentes de escravizados e atua na definição do lugar social que essas pessoas vão ocupar. Entretanto, por mais que homens e mulheres negras tenham sido submetidos à escravidão e sofram com as consequências desse processo até os dias atuais, a experiência da mulher negra na sociedade brasileira é diferente. Ela convive com uma tripla opressão: raça, gênero e classe.

### **3. Interseccionalidade: a tripla opressão da mulher negra**

A exclusão das mulheres negras dos debates feministas e de gênero fez com que elas começassem a se organizar em um movimento próprio: o feminismo negro, que tem como uma das principais bases teóricas a interseccionalidade. O termo foi cunhado por Kimberlé Crenshaw, em 1989, e é utilizado pelas feministas negras como uma ferramenta teórica e metodológica para refletir “acerca da inseparabilidade estrutural entre patriarcado, sexismo, racismo e suas articulações que implicam em múltiplas situações de opressão sofridas pelas mulheres negras” (Leal, 2021, p. 27). No Brasil, o feminismo negro ganhou força a partir da década de 70, com o Movimento de Mulheres Negras e com pensadoras negras como Lélia Gonzalez, Beatriz Nascimento e Sueli Carneiro. Antes mesmo da popularização do termo interseccionalidade, o movimento do país já pensava no cruzamento entre gênero, classe e raça.

Leal (2021) explica que a visão tradicional das discriminações separa as opressões e analisa cada uma individualmente. Entretanto, a interseccionalidade defende que nem sempre lidamos com essas categorias de forma separada e que, em algumas situações, elas vêm sobrepostas umas às outras, como é o caso das mulheres negras.

A pesquisa Perfil Racial da Imprensa Brasileira (2021) revela que 85% das jornalistas negras entrevistadas sofrem com a combinação entre racismo e machismo. Portanto, assim como em outras camadas sociais e profissões, vemos que observar a situação da mulher negra no jornalismo esportivo somente pelo viés do gênero, da raça ou da classe separadamente não seria suficiente para compreender as complexidades que envolvem o assunto.

Como apontado, o primeiro registro de uma jornalista na mídia esportiva é de 1947; neste período, Gonzalez (2020) afirma que a população negra ainda não conseguia ter acesso aos níveis mais elevados do sistema educacional, a maioria permanecia nas diferentes fases do ensino fundamental. Ressalta que o Censo de 1950 mostrou que o nível de escolaridade entre as mulheres negras era muito baixo e predominava o analfabetismo. Nas atividades econômicas, 90% das mulheres negras atuavam no setor de serviços pessoais. Ou seja, enquanto as mulheres brancas começavam a ocupar espaços de prestígio no mercado de trabalho, como no jornalismo esportivo, as mulheres negras ainda estavam longe de chegar lá devido à falta de acesso à educação. As décadas de 60 e 70 registraram uma maior abertura para as mulheres no jornalismo esportivo, que foi um reflexo do cenário nacional. Muraro (1983) relata que a força de trabalho feminina praticamente dobrou no país de 1970 para 1976 e explica que o número de mulheres na universidade aumentou de 100 mil em 1969 para 500 mil em 1975.

Porém, mais uma vez os dados referem-se às mulheres brancas. Enquanto elas se inseriram no mercado de trabalho em ocupações de nível médio, 83% das mulheres negras encontravam-se em atividades de trabalhos da agricultura e nos serviços manuais (Gonzalez, 2020). A presença nas atividades de nível superior, que são profissões especializadas, era ainda mais baixa. Uma proporção de 8,8% de mulheres brancas para 2,5% de mulheres negras.

Ao usarmos as lentes da interseccionalidade para observar a situação da mulher negra na vida econômica, vemos que sobre ela recai a divisão sexual do trabalho, que define historicamente o que é trabalho de mulher, suas competências e seu lugar na sociedade (Biroli, 2016) e também a divisão racial do trabalho, que define o lugar do negro na vida econômica. Essa categoria teve início com o processo de escravidão e principalmente no pós-abolição, pois o mercado de trabalho assalariado no Brasil não absorveu a população recém liberta.

Gonzalez (2020) explica que a mulher negra no país é vista pela lente de três estereótipos: a mulata, a doméstica - também chamada de mucama - e a mãe preta. Na mesma linha de pensamento, Bueno (2020) utiliza a definição das imagens de controle, organizado por Patricia



Hill Collins, uma das mais influentes pensadoras do feminismo negro estadunidense, para tencionar a maneira com as mulheres negras são vistas na sociedade. De acordo com Bueno (2020), as imagens de controle exercem um papel significativo na construção da identidade das mulheres negras, atribuindo-lhes um significado específico e reforçando uma representação de gênero estereotipada. Essa dinâmica culmina na internalização da ideia de inferioridade e na culpabilização dessas mulheres pelo seu lugar social subalterno. Além disso, o mercado de trabalho e a exploração econômica se apropriam dessas imagens de controle, perpetuando a marginalização das mulheres negras e restringindo-as a atividades laborais de baixa valorização, como os trabalhos domésticos. O relatório sobre o perfil das trabalhadoras domésticas do Brasil aponta que 65% delas são negras e que 20% recebem menos do que as trabalhadoras brancas (Vilela, 2022).

Sobre elas ainda recai o critério de seleção racial. Anúncios de emprego por vezes tinham como exigência “uma boa aparência”, o que para Gonzalez (2020) significava que os contratantes não aceitavam pessoas negras para funções que lidavam diretamente com o público. No jornalismo a boa aparência também é um critério de seleção, principalmente no telejornalismo que, de acordo com Souza *et al.* (2022, p.5), permitiu a união da informação à estética, sendo que “o corpo funciona como veículo de comunicação e pequenos detalhes, como a roupa utilizada por estes profissionais, produzem sentido e comunicam algo ao receptor da mensagem”.

No meio esportivo a seleção racial pode ser percebida ao notarmos um padrão estético nas apresentadoras e repórteres, principalmente na televisão. As mulheres começaram a se inserir nessa área em 1956, com Maria Edith Mendes, a primeira repórter a cobrir um acontecimento na rua, para a TV Tupi. Somente alguns anos depois, na década de 60, a presença feminina foi registrada no comando de um telejornal: Vera Rossi foi a primeira mulher a apresentar esse tipo de programa, como o rosto do *Informativo Panair*, da TV Rio (Scott, 2013). À medida que a presença das mulheres foi crescendo na área, Dias (2022) explica que elas precisaram se adequar a um modo de vestir, agir e se apresentar, que é reconhecido como predominantemente masculino. “O uso de cabelos mais curtos, blazers e tailleurs, pouco uso de acessórios. Essa formatação busca trazer seriedade e credibilidade – como se considerasse que estas características não pertencessem naturalmente às mulheres” (p. 72).

Ao pesquisar o perfil físico das apresentadoras e repórteres dos telejornais das principais emissoras de canal aberto do país, Dias (2022) identificou 64 jornalistas e, destas, somente três

eram negras. Diante dos resultados, concluiu que “o perfil físico da telejornalista brasileira de canais abertos é uma mulher branca, magra, de cabelos lisos, médios e castanhos, sem rugas aparentes; que utiliza maquiagem leve, buscando uma pele uniforme, roupas de alfaiataria e acessórios pequenos” (p.114). Praticamente o mesmo perfil identificado nas jornalistas esportivas.

As dificuldades históricas de inserção das mulheres negras na área revelam uma questão estrutural da mídia brasileira que, por vezes, é mascarada com a presença de uma única pessoa negra em um cargo de representatividade. Essa questão pode ser lida pela chave do tokenismo, termo utilizado para se referir a uma inclusão simbólica que consiste em “fazer pequenas - e superficiais - concessões a grupos minoritários para evitar acusações de preconceito e discriminação (Radi, 2019, n.p.).

O entendimento do tokenismo surgiu em 1960, por meio do movimento negro estadunidense pela luta dos direitos civis. Está presente em diversas camadas sociais, principalmente na mídia e no mercado de trabalho e atinge os grupos minoritários, como as pessoas com deficiência e as que se identificam com alguma sigla LGBTQIAP+. Quando o grupo dominante faz essa concessão e inclui uma pessoa da minoria em uma área, ela se torna um *token*, que traduzido do inglês significa símbolo, sendo vista mais como um ícone representativo do que como indivíduo. Radi (2019) explica que fica a cargo de uma única pessoa ser porta-voz de uma comunidade, excluindo as diferenças que existem dentro dos próprios grupos chamados de minorias.

A falsa impressão de inclusão das minorias nos espaços de poder acaba ajudando a manter o *status quo* desses grupos sociais e, de acordo com Radi (2019), a participação simbólica mantém sua inferioridade numérica, sendo que a presença deles nem sempre abre caminho para outros e pode ter o efeito oposto. É possível perceber que isso acontece com a inclusão de raça e gênero no jornalismo esportivo. A Rede Globo ganha perante o público a característica de ser inclusiva por ser a única emissora do Brasil, entre os canais abertos e fechados, que tem uma mulher negra como apresentadora de um programa esportivo. Entretanto, a presença de Karine Alves neste cargo, por mais que seja relevante no sentido de representatividade, pouco muda na questão estrutural do problema.

Um fato ocorrido há algum tempo ajuda a exemplificar o argumento de Radi (2019). Após anunciar o time de profissionais que faria parte da cobertura da Copa do Mundo Feminina de 2023, Casimiro Miguel, dono da CazéTV, canal no YouTube que realiza transmissões



esportivas, foi criticado por ter um baixo número de pessoas negras na equipe. De 21 pessoas contratadas, apenas uma era negra. Após a polêmica, ele admitiu ao UOL (2023) a falta de diversidade. Vemos que a única pessoa negra contratada funcionou como um *token*: ao contratá-la, Casimiro, que é um homem branco, acreditava estar cumprindo seu papel na inclusão de minorias. Entretanto, estava apenas reproduzindo um padrão das mídias tradicionais e reforçando o baixo número de mulheres negras na área.

Ao pesquisar a relação entre mídia e racismo no Brasil, Santos (2020) concluiu que majoritariamente os homens brancos são os donos das concessões dos meios de comunicação brasileiros. Essa constatação também é feita pelas pesquisadoras Peruzzo e Moura (2021, p. 5) ao destacar que esses veículos “encontram-se em mãos de famílias como a Marinho, proprietária do Grupo Globo; Abravanel, do SBT; Macedo, da Record; Saad, da Bandeirantes; Frias, da Folha de São Paulo e Sirotsky, do Grupo RBS”.

#### **4. As pioneiras do radiojornalismo esportivo brasileiro e mineiro**

Algumas mulheres merecem destaque por seu pioneirismo no jornalismo esportivo do país e em Minas Gerais. Em 1980, Germana Garili, por exemplo, iniciou sua carreira escrevendo colunas esportivas para os jornais paulistas *Tribuna Ituana* e *Gazeta de Santo Amaro*, sendo reconhecida pela Federação Paulista de Futebol como a primeira repórter feminina profissional a fazer cobertura de campo em um jogo de futebol (Moura, 2021). Também foi locutora da *Rádio Mulher*, veículo que tem um importante histórico no que se refere à inserção feminina no jornalismo esportivo. Roberto Montoro, que era dono da emissora, decidiu colocar no ar uma equipe formada somente por mulheres para produzir, narrar e comentar partidas de futebol.

A ousadia da *Rádio Mulher* fez com que Zuleide Ranieri Dias se tornasse a primeira mulher do país a narrar uma partida de futebol, em 1971, em um jogo amistoso entre a Sociedade Esportiva Palmeiras e a Associação Portuguesa de Desportos, no Palestra Itália. Nesse meio, o nome de Regiani Ritter também se destaca. Em 1980, foi convidada pela *Rádio Gazeta* para apresentar um programa musical e criou dentro da atração um quadro sobre esportes. Dessa forma, passou a cobrir treinos e produzir reportagens, mas no começo não era escalada para cobrir os jogos com a justificativa de que o superintendente da rádio temia que a voz feminina pudesse tirar a credibilidade da informação esportiva. Após muita insistência, Ritter passou a ser escalada para cobrir os jogos como repórter de campo e comentarista.

Apesar dos nomes citados, pesquisadoras como Mattos e Zuculoto (2017) falam sobre as dificuldades de se encontrar registros sobre a atuação das mulheres no radiojornalismo esportivo. Apesar de a voz feminina ter estado presente desde o início das transmissões de rádio no Brasil, as pesquisadoras afirmam que houve uma invisibilização da contribuição das mulheres.

Em um cenário já consolidado em outros Estados brasileiros, o jornalismo esportivo em Minas Gerais surgiu a partir da mídia impressa, devido a uma demanda dos consumidores sobre informações da área, principalmente sobre futebol.

A primeira emissora de rádio de Minas foi a Rádio Sociedade de Juiz de Fora, fundada em 1926, um ano depois a Rádio Mineira foi a pioneira da Capital. A Rádio Inconfidência, fundada em 1936, tem um papel de destaque na história do jornalismo esportivo em Minas Gerais. Entre outras iniciativas, a emissora foi a primeira do estado a transmitir, de outro país, uma Copa do Mundo. Foi em 1938, quando a edição do evento aconteceu na França (Prata, 2003).

Outra emissora que desempenha um papel de destaque na história do rádio em Minas, e também no meio esportivo, é a Rádio Itatiaia, fundada em 1951 pelo jornalista Januário Carneiro, que implementou um esquema diferente do que os ouvintes mineiros já conheciam na programação das rádios, que eram formadas por elenco de atores, orquestras e programas de auditório. Dessa forma, tendo como referência a Rádio Continental do Rio de Janeiro, e também sua própria experiência, já que ele começou sua carreira como repórter esportivo, buscou a identificação do público por meio do esporte, principalmente do futebol (Prata, 2003).

Em 2024, além das transmissões de partidas e campeonatos de futebol, a Itatiaia conta com nove programas dedicados ao esporte em sua programação, somente um deles, o *Apito Final* contava com apresentação feminina, feita pela jornalista Nathália Fiuza, em 2023. Porém, a função passou a ser realizada por Hugo Sérgio e hoje nenhum dos programas esportivos da emissora é apresentado exclusivamente por uma mulher.

Ao direcionar o olhar para o cenário do jornalismo esportivo para mulheres em Minas, nos deparamos com a falta de pesquisas acadêmicas que se proponham a estudar o tema. Um dos trabalhos que se destacam é a Enciclopédia do Rádio Esportivo Mineiro (Prata & Santos, 2014), que biografou 382 radialistas do esporte de Minas Gerais. Do total de biografados, apenas oito são mulheres: Danielle Rodrigues, Dimara Oliveira, Margarida Magalhães, Nair Prata, Natália de Sá, Sônia Caldas Pessoa, Tânia Mara e Úrsula Nogueira. Selecionando as biografias da obra

por ordem cronológica, Tânia Mara é citada como uma das primeiras mulheres a atuar no radiojornalismo esportivo, em 1984.

### **5. A inserção da jornalista negra no rádio esportivo mineiro**

No dia 16 de janeiro de 2024, a presidente Palmeiras, Leila Pereira, - única mulher à frente do comando de um clube de futebol de elite na América Latina - convocou uma coletiva de imprensa aberta exclusivamente para jornalistas esportivas mulheres. O objetivo foi chamar a atenção para a desigualdade de gênero presente no meio e reforçar a importância de ter cada vez mais mulheres ocupando espaços na imprensa especializada em esportes. Porém, outro fato se destacou: entre as 26 jornalistas que compareceram à coletiva, somente uma era negra: Eduarda Gonçalves, repórter esportiva dos canais por assinatura ESPN Brasil e Star Plus Brasil. A coletiva gerou grande comoção na imprensa, que repercutiu o ato histórico e também olhou criticamente para diversos profissionais homens que se incomodaram com o fato de a entrevista ser aberta exclusivamente para mulheres.

A ausência de mulheres negras neste meio pode ser entendida como um reflexo da desigualdade racial no Brasil e no próprio jornalismo. De acordo com o IBGE (2022), 43% dos brasileiros se declararam como brancos, 47% como pardos e 9,1% como pretos. Os números mostram que a população brasileira é formada em sua maioria por pessoas não brancas, mas isso não se reflete nas redações do Brasil. A pesquisa Perfil Racial da Imprensa Brasileira (2021) entrevistou 1.952 profissionais da área e, desse número, apenas 20,1% dos jornalistas se autodeclararam pretos, pardos ou negros.

Esse cenário se repete no jornalismo esportivo de Minas Gerais. Pacheco e Silva (2020) realizaram uma pesquisa com 38 mulheres que trabalham ou já trabalharam na área em Belo Horizonte. Desse número, 23 se autodeclararam brancas, 4 pardas, 3 negras e 8 preferiram não responder. A pesquisa aponta que as mulheres ligadas ao jornalismo esportivo da Capital mineira, em sua maioria: têm entre 30 e 39 anos, são solteiras, brancas, heterossexuais e nascidas em Belo Horizonte. Possuem alto grau de escolaridade – a maioria tem graduação em jornalismo, estudaram em instituições particulares de ensino superior e trabalham em emissoras de televisão.

Das três mulheres que se autodeclararam negras, duas eram estagiárias em uma rádio e outra deixou o jornalismo para seguir outra área. Além do baixo número de mulheres negras, o estudo também apontou que sobre essas mulheres ainda recaem preconceitos como o

etarismo, visto que a maioria das entrevistadas são jovens e possuem entre 30 e 39 anos. Também com o intuito de identificar o perfil contemporâneo das mulheres que atuam no jornalismo esportivo, Vimeiro *et al.* (2023) realizaram uma pesquisa que evidenciou o baixo número de mulheres negras que atuam ou já atuaram na área: das 127 jornalistas, apenas 8% se autodeclararam negras/pretas e 15% se autodeclararam negras/pardas.

## 6. O que dizem as jornalistas esportivas negras

Partimos da premissa de que seria necessário realizar a investigação diretamente com as mulheres negras que atuam e atuaram no jornalismo esportivo do Estado, fazendo para elas os questionamentos que pautam este trabalho, com o objetivo de traçar um quadro da inserção feminina negra no rádio mineiro. Dessa forma, os percursos metodológicos encaminharam-se para a entrevista em profundidade, conforme procedimentos descritos por Jaccoud e Mayer (2008).

Construímos um caminho que pudesse nos levar até estas mulheres, pois não sabíamos quem eram elas e onde trabalhavam. Para isso, como uma primeira alternativa, realizamos a identificação de rádios, emissoras de TV e jornais impressos relevantes em Minas Gerais que tinham a editoria de esportes. Com isso, pretendíamos proceder a uma análise do cenário da mídia mineira, fazendo um recorte para a inserção da jornalista negra especificamente no rádio.

O passo seguinte foi fazer contato com os chefes de redação da editoria de esportes desses veículos. A ideia era que esses profissionais pudessem apontar, no quadro de funcionários, os nomes das jornalistas negras do passado e presente, mas essa estratégia resultou infrutífera, pois recebemos poucas e evasivas respostas. No entanto, um respondente citou o nome de uma profissional, mas sem informar o contato dela. Fomos em busca desta jornalista e, por meio dela, se desenrolou o contato com as outras entrevistadas, pois uma foi indicando outra e, assim, sucessivamente.

Dessa forma, sem que houvesse uma previsão neste sentido, mas de maneira a viabilizar a pesquisa, utilizamos como método a chamada amostragem por bola de neve, ou *snowball sampling*, que “permite que se alcancem populações pouco conhecidas ou de difícil acesso” (Bockorni & Gomes, 2021, p. 106). De acordo com Dewes (2013), os grupos de difícil acesso são caracterizados por indivíduos que não são facilmente identificáveis dentro da população geral ou apresentam comportamentos associados a temas sensíveis, os quais podem envolver questões de ilegalidade, estigma social ou simplesmente uma preferência por manterem-se

anônimos. Assim, diante da impossibilidade de se desenvolver a metodologia inicial, não foi factível estabelecer um cenário preciso da presença da mulher negra exclusivamente no rádio, mas o fizemos na mídia esportiva mineira em geral. Os depoimentos das entrevistadas traçam um ambiente hostil e cruel para as jornalistas esportivas negras de Minas Gerais, que enfrentam a tripla opressão de gênero, classe e raça em espaços predominantemente brancos e machistas.

Portanto, a partir das indicações sucessivas, oito mulheres foram entrevistadas e todas se autodeclararam negras ou pretas e são formadas em jornalismo. As conversas se deram em julho de 2024, por e-mail e/ou vídeo e, para garantir que a identidade delas fosse preservada, optamos por usar nomes fictícios, sendo eles: Fernanda, Claudia, Emanuely, Lorena, Júlia, Lívia, Luana e Paula. Além disso, decidimos não revelar a idade e nem o veículo que as profissionais trabalham ou trabalhavam, para evitar a possível identificar das fontes. Após a transcrição de cada entrevista, demos início ao processo de análise, seguindo o processo metodológico de fragmentar a fala das fontes e unificá-las em categorias (Duarte, 2005).

As categorias de análise foram definidas a partir dos marcos teóricos discutidos e que foram englobados nas perguntas, e outras foram elaboradas a partir das respostas das entrevistadas, movimento que permitiu organizar os resultados encontrados identificando pontos comuns na experiência dessas mulheres. Definimos as seguintes categorias: a) ambiente universitário, b) estrutura organizacional do ambiente de trabalho, c) desafios da mulher no jornalismo esportivo, d) racismo e suas manifestações no jornalismo esportivo de Minas Gerais, e) saúde mental das mulheres negras no jornalismo esportivo, f) cenário esportivo para as mulheres negras e g) aquilombar-se: a importância de estar entre os nossos.

A primeira entrevistada foi a Fernanda, que oferece uma visão profunda sobre as barreiras enfrentadas por mulheres negras no jornalismo esportivo. Com seis anos de experiência na área, ela relata desafios como racismo, machismo e tokenismo e destaca a importância da representatividade e da diversidade nos veículos de comunicação, bem como a necessidade de mudanças estruturais para que mais mulheres negras possam se inserir no jornalismo esportivo.

Fernanda descreve o ambiente esportivo como muito machista, onde as mulheres precisam se impor para ter suas opiniões levadas em consideração. Além disso, ela destaca que, enquanto mulher negra, experimenta uma dupla marginalização, na qual tanto sua raça quanto seu gênero são submetidos a constantes desafios e questionamentos. Cita ainda a falta de mulheres negras no jornalismo esportivo em Minas Gerais e a dificuldade de encontrar semelhantes nesses espaços.

Ao abordar o tokenismo, Fernanda relata que vive um dilema sobre o tema, questionando se deve aceitar ser um *token* ou se deve lutar por uma mudança mais profunda. Diante dos desafios enfrentados, explica que adotou uma postura menos combatente no ambiente de trabalho para evitar situações de racismo e machismo e destaca a importância de uma postura coletiva, onde as ações de uma pessoa negra podem implicar em um estigma para toda a comunidade.

Cláudia, a segunda entrevistada, fala sobre as barreiras enfrentadas por mulheres negras no jornalismo esportivo. Com experiência em uma emissora de TV e atualmente como produtora em outro veículo de comunicação, relata desafios como machismo, racismo e tokenismo. Destaca, ainda, a relevância da representação e da diversidade na mídia, bem como a necessidade de transformações estruturais para promover a inclusão de mulheres negras no jornalismo esportivo. Ela descreve o ambiente esportivo como extremamente machista, onde as mulheres precisam se impor para ter suas opiniões levadas em consideração. Também relata que, como mulher preta, constantemente enfrenta o machismo e racismo nesse ambiente.

A entrevistada aborda uma das questões estruturais do jornalismo esportivo, destacando que a presença masculina é predominante e que as mulheres ainda enfrentam dificuldades para se inserir na área. No entanto, ela também relata que sua atual empresa tem uma grande preocupação com a diversidade e busca ter na equipe pessoas LGBTQIAPN+, negras e mais mulheres.

Cláudia pontua que, apesar de não serem muitas, as portas estão se abrindo para as mulheres negras no jornalismo esportivo em Minas Gerais, mas que a concorrência também está aumentando. E destaca a importância de se unir e se preparar para enfrentar os desafios da área e busca ser uma inspiração para outras pessoas.

A terceira entrevistada foi Emanuely, que tem experiência em uma emissora de rádio e relata desafios como machismo, racismo e tokenismo, destacando a importância da representatividade e da diversidade nos veículos de comunicação.

Emanuely descreve o ambiente esportivo como machista e conta que precisa se impor para ter suas opiniões levadas em conta. Também relata que, como mulher preta, enfrenta uma dupla opressão, sendo que sua raça e gênero são constantemente questionados. Assim como as outras entrevistadas, cita a falta de mulheres negras no jornalismo esportivo em Minas Gerais e a dificuldade de encontrar semelhantes nesses espaços. Conta que sofreu racismo e boicote em sua carreira, o que a levou a se afastar do jornalismo esportivo.



Emanuelly pontua que a estrutura de homens brancos no comando da maioria das emissoras afeta a inserção e a permanência das mulheres negras na área. Ela ressalta que o discurso da meritocracia é utilizado para manter essa estrutura, o que atrapalha as oportunidades das mulheres negras. Finaliza sua fala ressaltando que as mulheres negras que buscam se inserir na área ficam reféns dessa estrutura e têm poucas chances de conseguir mudar algo.

A quarta entrevistada foi a Lorena, que atuou no jornalismo esportivo por um ano na função de repórter e enfrentou condições de trabalho que não eram boas, pois trabalhava 12 horas por dia sem receber horas extras, além de outras questões trabalhistas. Na empresa, atuou ao lado de uma jornalista negra que a indicou para o cargo e tinha uma chefe mulher, mas todo o restante da equipe era composta por homens. Entretanto, a chefe foi demitida e um homem branco foi promovido para ocupar a função, situação que dificultou a permanência de Lorena na empresa. Tanto que, logo no início da entrevista, ela explicou que pediu demissão, e que recebeu ameaças do seu ex-chefe quando comunicou sua saída.

Lorena citou formas de vivências do racismo no meio esportivo. Contou que sempre que era acompanhada por outro profissional branco e as pessoas deduziam que essa pessoa era o repórter, mesmo ela estando com o microfone e que, para entrar nos estádios, mesmo com a credencial de imprensa, era questionada. Lorena relatou que, na sua empresa, a maioria dos funcionários eram negros, mas que eles estavam ligados a funções de base, como motoristas, faxineiros, entre outras, e que ela era a mulher negra com o cargo mais alto, que era o de repórter. Contou que o assédio é quase uma constância nesse meio: “Eles reparam no seu peito, na sua bunda, comentam sobre como o uniforme fica apertado”.

De acordo com Lorena, ela tem o cabelo *black power* bem grande e adora fazer diversos penteados. Por causa disso já sofreu diversos episódios de racismo velado. “Eu usava muita trança e, quando tirei, as pessoas na redação não conseguiam disfarçar os olhares. Havia vários comentários, elas iam até minha sala fingindo querer saber alguma informação só para ver meu cabelo e depois comentar entre eles”. Além disso, ela também ouvia perguntas do tipo: “Como lava? Tem como lavar essas tranças?”

A quinta entrevistada foi Júlia, que trabalha como repórter no jornalismo esportivo há quase três anos. Relata ter sofrido preconceito racial e de classe durante o ensino médio e faculdade. No ambiente de trabalho, enfrenta machismo e sexismo, sendo questionada sobre

sua competência e recebendo comentários desrespeitosos. Além disso, conta que sua relação de amizade com jogadores causa ciúmes entre seus colegas.

Júlia explica que esses episódios de machismo são recorrentes em sua rotina e que, apesar disso, permanece no emprego por necessidade financeira e porque trabalhar no jornalismo esportivo é um sonho para ela. Também destaca a falta de oportunidades para mulheres negras na área esportiva em Minas Gerais.

A entrevista com Júlia revela as barreiras enfrentadas por mulheres negras no jornalismo esportivo, incluindo preconceito, machismo e falta de oportunidades. Ela revela:

Pelo meu jeito, eles me veem como errada, como se eu desse brecha para esse tipo de comentário [...] eu já fiquei várias vezes com medo, já deixei de postar coisas, de falar, mudei roupas, mas eu não quero mudar o que eu sou para caber dentro do sistema deles.

Lívia, nossa sexta entrevistada, trabalhou no jornalismo esportivo por um ano como assessora de comunicação e *social media* de futebol feminino. Ela relata que sua experiência foi enriquecedora, mas também enfrentou desafios relacionados à raça e gênero.

Conta que não se identificava com as mulheres da área, que eram majoritariamente brancas e magras. Além disso, relatou que sua demissão do emprego foi motivada por uma visão utópica de que ela deveria continuar trabalhando no futebol feminino sem remuneração adequada. Também nos contou que sofreu preconceito racial e de gênero no ambiente de trabalho, e que sua autoestima foi abalada devido à cobrança excessiva e à falta de visibilidade das profissionais que cobrem o futebol feminino. Atualmente, Lívia está buscando oportunidades em outras capitais, pois considera o cenário de Minas desanimador para mulheres negras no jornalismo esportivo.

A sétima entrevistada foi Luana, que trabalha no jornalismo esportivo há um ano como assessora. Ela relata que sua experiência como estudante na universidade pública foi um divisor de águas em relação à questão racial, pois conviveu com mais pessoas negras e desenvolveu sua autoconsciência racial. Também conta que sofre assédio velado no trabalho e adota estratégias para evitar isso, como vestir-se de forma conservadora e evitar interações desnecessárias com homens. Além disso, ela sente que suas competências são descredibilizadas pelos colegas homens, que levam os créditos por suas ideias e trabalhos.

Luana destaca a importância do acompanhamento psicológico para lidar com a pressão do trabalho e separar o profissional do pessoal. Por fim, afirma que a área esportiva de Minas

Gerais oferece poucas oportunidades para mulheres negras, apesar do potencial e talento existentes.

A oitava entrevistada foi Paula, que trabalhou no jornalismo esportivo por dois anos e sete meses como repórter. Relatou que começou a trabalhar na área há oito anos, explicando que foi um período em que as mulheres começaram a ter mais espaço na editoria de esportes de Minas Gerais. Isso teria facilitado sua experiência na área, tanto que ela afirmou nunca ter percebido um tratamento diferente vindo dos seus superiores por ser mulher: “no entanto, já passei por algumas situações com colegas de profissão durante coberturas de jogos.”

Sobre o assédio, Paula disse que já ouviu diversas cantadas vindas de jogadores e alguns colegas de profissão, mas por ser nova e sem experiência, não conseguia tomar nenhuma atitude: “Uma vez fui com o meu cabelo solto para um jogo, fizeram uma piadinha que eu estava parecendo a velha doida dos Simpsons que tem os gatos nos cabelos. Antes isso me deixava muito insegura, então eu sempre escovava o meu cabelo ou se estivesse natural, estava com ele sempre preso”.

Assim como as outras entrevistadas, Paula não tem uma visão positiva do cenário esportivo para as mulheres negras em Minas Gerais:

Infelizmente, ele é bastante reduzido, principalmente no rádio. Vejo que ainda existem muitas pessoas com aquele pensamento machista de que mulher não tem voz para falar sobre futebol em rádio. Na televisão até pode ser porque tem a imagem e se for bonita ajuda, mas no rádio não. Já ouvi muito isso. [...] E infelizmente a maioria dos jornalistas esportivos em Minas são homens. Quando são veículos do interior, ainda é mais difícil encontrar alguma mulher na cobertura de um clube.

## Conclusão

Iniciamos essa investigação buscando configurar a inserção da jornalista negra no rádio esportivo mineiro e, pelo percurso realizado, identificamos que o primeiro registro de uma mulher racializada no jornalismo esportivo brasileiro ocorreu 31 anos depois do de uma profissional branca. Para tentar compreender as razões desse lapso temporal tão grande retornamos ao passado em um movimento de olhar para as estruturas sociais que poderiam ter influenciado este intervalo.

A colonização e a escravidão tiveram um impacto profundo e duradouro na sociedade brasileira, especialmente nas vidas das pessoas negras. Após a abolição, essa população foi marginalizada e excluída do acesso à educação, o que limitou suas oportunidades no mercado de trabalho. As mulheres negras, especificamente, enfrentaram barreiras significativas para

ingressar no jornalismo esportivo devido à falta de acesso à educação e a outras formas de discriminação racial. Além disso, identificamos outras hipóteses que podem ter contribuído para a ausência de mulheres negras nessa área.

Inicialmente, observamos que elas enfrentam um cruzamento de opressões, sendo necessário acionar o conceito de interseccionalidade. Por meio dele, vimos que, além de lidarem com questões comuns a todas as mulheres, como a divisão sexual do trabalho e o domínio dos homens, as mulheres negras no jornalismo esportivo também sofrem com o racismo e as variadas formas que ele se manifesta como, por exemplo, por meio dos estereótipos. Também avaliamos que o tokenismo pode dificultar a inserção das mulheres racializadas no meio esportivo, isso porque as pessoas negras são usadas pelas grandes mídias para passar uma ideia de diversidade.

Identificar e analisar esses e outros conceitos apontaram os caminhos para o entendimento da questão-chave desta pesquisa; porém, para conhecer a experiência dessas profissionais no cenário da mídia esportiva em Minas Gerais era preciso realizar a investigação diretamente com essas mulheres. Conversamos com oito jornalistas negras mineiras e os relatos delas traçam um cenário contundente.

O ambiente do jornalismo esportivo mineiro é marcado por uma forte dominação masculina e uma estrutura hierárquica que perpetua a exclusão e a opressão das mulheres, especialmente as negras. As entrevistadas relataram experiências de tripla opressão, incluindo assédio, descrédibilização, racismo e pressão para se conformar a padrões estéticos brancos. Além disso, o tokenismo e a seleção racial baseada em padrões estéticos foram identificados como obstáculos adicionais para a inserção e permanência das mulheres negras no jornalismo esportivo. Esses resultados reforçam a necessidade de uma abordagem interseccional para entender e combater as desigualdades de gênero e raça nesse campo.

O conjunto das entrevistas também nos mostrou que existe um pacto narcísico da branquitude masculina no jornalismo esportivo mineiro. Os homens, que são a maioria nesse ambiente, se protegem e se priorizam. Observamos que as entrevistadas não saem ilesas dessas situações, de modo que passar por casos de racismo e assédio diariamente está afetando a saúde mental delas. A soma de todas as vivências de violência e opressão vividas pelas depoentes faz com que elas tenham uma visão pessimista sobre o jornalismo esportivo de Minas Gerais, inclusive sobre o rádio.

Dessa forma, concluímos que o ambiente do jornalismo esportivo de Minas Gerais é

branco, machista, racista e apresenta poucas oportunidades para as mulheres negras. No entanto, as entrevistadas demonstram resistência e estratégias de sobrevivência, como o aquilombamento, mesmo vivenciando a tripla opressão de gênero, raça e classe.

## Referências

ABDALA, V. **Brancos estudam em média 10,8 anos; negros, 9,2 anos**. Agência Brasil, Rio de Janeiro, 22 abr 2024. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2024-03/brancos-estudam-em-media-108-anos-negros-92>  
anos#:~:text=Entre%20os%20dados%20que%20mostram,quando%20era%20de%202%20anos. Acesso: 9 mar 2024.

AFRO, PEREGUM, GRUPO BANCO MUNDIAL (Orgs.). Jovens Negros e o Mercado de Trabalho. 2022. Disponível: <https://peregum.org.br/publicacao/jovens-negros-e-o-mercado-de-trabalho/>. Acesso: 5 de ago 2024.

BIROLI, F. Divisão Sexual do Trabalho e Democracia. In: **SciELO**, [S.L.], v. 59, n. 3, p. 719-754, set. 2016. UNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/00115258201690>.

BOCKORNI, B. R. S.; GOMES, A. F. A amostragem em snowball (bola de neve) em uma pesquisa qualitativa no campo da administração. **Revista de Ciências Empresariais da UNIPAR**, Umuarama, v. 22, n. 1, p. 105-117, jan./jun. 2021.

BRITO, D. **“Cotas foram revolução silenciosa no Brasil, afirma especialista”**. Agência Brasil, Brasília, 27 de maio de 2018. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2018-05/cotas-foram-revolucao-silenciosa-no-brasil-afirma-especialista>. Acesso: 9 mar 2024.

BUENO, W. **Imagens de controle**: um conceito do pensamento de Patricia Hill Collins. Porto Alegre: Zouk, 2020.

**Cazé se manifesta após polêmica por equipe na Copa e comentários no chat**. In: UOL Esporte. 21 de julho de 2023. Disponível em: <https://www.uol.com.br/esporte/ultimas-noticias/2023/07/21/casimiro-se-manifesta-apos-polemica-por-equipe-da-cazetv-na-copa-feminina.htm>. Acesso: 8 de out 2023.

DEWES, J. O. **Amostragem em bola de neve e respondent-driven sampling: uma descrição dos métodos**. 2013. 53f. TCC (Graduação) - Curso de Estatística, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2013. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/93246>. Acesso: 7 de out 2024.

DIAS, M. **Corpos televisuais: percepções e exigências sobre a aparência das jornalistas brasileiras**. Dissertação (Mestrado em Comunicação) - Faculdade de

Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Rio Grande do Sul, p.190. 2022.

DUARTE, J. Entrevista em profundidade. J. Duarte & A. Barros (Orgs.). Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação. In: **Atlas**, São Paulo, p. 62-83, 2005.

GONZALEZ, L. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: LIMA, Márcia e Rios, Flávia (Org.). **Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD Contínua**, 2022. Disponível em:  
<<https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18319-cor-ou-raca.html#:~:text=O%20IBGE%20pesquisa%20a%20cor,10%2C6%25%20como%20pretos>>. Acesso: 10 de ago 2023.

JACCOUD, M.; MAYER, R.. **A observação direta e a pesquisa qualitativa**. In: POUPART, Jean et all. *A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos*. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 254-294.

Jornalistas & Cia. **Perfil Racial da Imprensa Brasileira**. In: Instituto CORDA– Rede de Projetos e Pesquisas I'MAX., 17 de nov. 2021. Disponível em:  
<<https://static.poder360.com.br/2021/11/pesquisa-perfil-racial-da-imprensa-17-nov-2021.pdf>>. Acesso: 10 ago 2023.

LEAL, H. A interseccionalidade como base do feminismo negro. **Revista USP**, Cadernos de Ética e Filosofia Política, v. 39, n. 2, p. 21– 32, 2021.

LIMA, M.; RIOS, F. R.; França, D. Articulando gênero e raça: a participação das mulheres negras no mercado de trabalho (1995 – 2009). In: MARCONDES, Mariana. PINHEIRO, Luana. QUEIROZ, Cristina. QUERINO, Ana. VALVERDE, Danielle. Org). **Dossiê Mulheres Negras retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil**. Brasília: Ipea, 2013.

MALDONADO-TORRES, N. Analítica da colonialidade e da decolonialidade: algumas dimensões básicas. In: BERNARDINO-COSTA, J.; MALDONADO-TORRES, N.; GOSFOGUEL, R. **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019. p. 27–54.

MATTOS, E; ZUCULOTO, V. **A constituição histórica da presença da mulher no radiojornalismo esportivo brasileiro**. In: XVII Encontro dos Grupos de Pesquisa em Comunicação, Curitiba, p. 1-13, set. 2017.

MOURA, L. A. **A trajetória da mulher no jornalismo esportivo**. TCC (Graduação) - Curso de Jornalismo, UNIJUÍ, Ijuí, 2021.



MURARO, R. M. **Sexualidade da mulher brasileira: corpo e classe social no Brasil**. Rio de Janeiro: Vozes, 1983.

PACHECO, L. T.; SILVA, S. R. Mulheres e jornalismo esportivo: possibilidades e limitações em um campo masculino. **Revista Estudos Feministas**, v. 28, 2020.

PASSOS, J. As desigualdades na escolarização da população negra e a Educação de Jovens e Adultos. **EJA Em Debate**, Florianópolis, vol. 1, n. 1, p. 137-158. 2012.

PERUZZO, C.; MOURA, T. Racismo na Mídia Brasileira. In: **Seminário de Comunicação e Territorialidades**, VII, 2021, virtual. p. 1-8.

PRATA, N. A história do rádio em Minas Gerais. In: Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, XXVI, 2003, Belo Horizonte. **Anais [...]** Belo Horizonte, 2003. 1-19.

PRATA, N.; SANTOS, M. C. **Enciclopédia do Rádio Esportivo Mineiro**. Florianópolis: Insular, 2014.

RADI, Blas. ¿QUÉ ES EL TOKENISMO CISEXISTA?. In: **Revista Anfibia**. 30 de jul de 2019. Disponível em: <<https://www.revistaanfibia.com/que-es-tokenismo-cisexista/>>. Acesso: 8 ago 2023.

SANTOS, T; DIAS, V. **Representatividade negra: qual é a cor dos donos das concessões de rádio e tv no brasil?**. 2020. Disponível em: <https://jornal.usp.br/ciencias/representatividade-negra-qual-e-a-cor-dos-donos-das-concessoes-de-radio-e-tv-no-brasil> . Acesso: 10 ago 2023.

SANTOS, A. C. **Jornalistas negras e racismo no jornalismo televisivo**. 54 f. TCC (Graduação) Curso de Jornalismo, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.

SCOTT, G. P. **Mulher, corpo e credibilidade: um estudo cartográfico sobre as apresentadoras dos principais telejornais do país**. 2013. TCC (Curso de Jornalismo) - Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

SOUZA, E.; SANTOS, C.; NETO, A.; DINIZ, D. A Beleza é Mesmo Tão Fugaz? Padrões e Estética de Jornalistas de Emissoras de TV's Tradicionais e da Internet. In: Encontro da ANPAD - 2022, versão online. **Anais [...]**. 23 de set de 2022.

VILELA, P. **Mulheres negras são 65% das trabalhadoras domésticas no Brasil**. Agência Brasil, Brasília, 27 de abril de 2022. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2022-04/mulheres-negras-sao-65-das-trabalhadoras-domesticas-no-pais>>. Acesso: 11 de ago 2023.

VIMEIRO, A, PILAR, O, SOUZA, R. Quem são as mulheres do jornalismo esportivo brasileiro? Demografia, funções desempenhadas, veículos que as empregam e desafios

interseccionais. In: **46º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**, PUCMinas, p. 1 - 14, set, 2023.